

A DEMOCRACIA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE AMARTYA SEN

DEMOCRACY BASED ON AMARTYA SEN'S CONCEPTION

Sandro Fröhlich¹

<https://orcid.org/0000-0001-7077-9513>

Resumo: o trabalho visa analisar a concepção de democracia a partir da visão de Amartya Sen. Para tal se faz necessário retomar alguns elementos muitas vezes olvidados na história do conceito e das práticas democráticas. Partindo de uma releitura da democracia grega, passando por uma visão da concepção moderna, bem como abordando visões da concepção contemporânea de um modelo neoliberal da democracia, adentra-se a analisar mais intensamente alguns caracteres centrais da democracia. Junto a isso aborda-se a relação com outros conceitos centrais da abordagem de Sen, bem como da abrangência da democracia, não apenas como forma, mas também de seus conteúdos e contribuições para o desenvolvimento das sociedades e a capacitação das pessoas como sujeitos e agentes de sua história. Entre as relações necessárias a se destacar, a democracia concebe-se paralelamente com as concepções de liberdade e igualdades; da liberdade para participação na esfera pública e de decisão sobre os destinos de suas vidas e, da igual condição dos sujeitos e com iguais direitos de voz e vez.

Palavras-chave: Amartya Sen; democracia; liberdade; igualdade.

Abstract: The paper aims to analyze the conception of democracy from the vision of Amartya Sen. For this it is necessary to retake some elements often forgotten in the history of the concept and the democratic practices. Starting from a rereading of Greek democracy, going through a vision of the modern conception, as well as approaching visions of the contemporary conception of a neoliberal model of democracy, one intends to analyze more intensely some central characters of democracy. Along with this is the relationship with other core concepts of Sen's approach, as well as the scope of democracy, not only as a form, but also its contents and contributions to the development of societies and the empowerment of people as subjects and agents of his story. Among the necessary relations to be highlighted, democracy is conceived in parallel with the conceptions of freedom and equality; from freedom to participation in the public sphere and decision over the destinies of their lives, and from the equal condition of subjects and with equal rights to voice and turn.

Keys-words: Amartya Sen; democracy; freedom; equality.

¹ Doutor em filosofia. Professor da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES / Lajeado-RS, Brasil. sfrohlich@gmail.com

Introdução

Guardadas as devidas proporções e respeitadas as nuances temáticas, talvez não seja exagero, por analogia, afirmar em relação à democracia o que Agostinho de Hipona (1996, p. 138) afirmava em relação ao tempo : ‘Se ninguém mo perguntar eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei’. O que é, pois, a democracia? Sendo assunto corriqueiro e cotidiano, o que sabemos sobre o tema e como a compreendemos e vivenciamos em nosso tempo?

A perplexidade diante de desafio de explicar ou conceituar ‘democracia’ se entende quando ao se discorrer sobre o tema, com insistência e quase automaticamente se faz uso da concepção grega (muito) antiga para alcançar alguma explicação. É possível, portanto, falar e compreender hoje a democracia a partir das concepções helênicas sobre o assunto? Qual o sentido e os princípios que nortearam os gregos que ainda hoje servem de bússola para os defensores da democracia? Quais as razões que levaram pensadores na antiga Grécia a tecer severas críticas à democracia? O que teríamos a aprender com as concepções de democracia que estão ou estiveram presentes ao longo da história dos povos?

Eis o propósito deste breve ensaio: retomar e problematizar o conceito de democracia, para melhor compreendê-lo a partir das ideias de Amartya Sen. Ou seja, para melhor interpretar a perspectiva seniana sobre a temática, torna-se necessário lançar luzes sobre a questão para conhecer melhor alguns elementos sobre a mesma nas diferentes concepções que alcançou ao longo do tempo. Não é possível compreender ou fazer uma espécie de subsunção das práticas antigas à realidade contemporânea, sem ter presente os contextos, os sentidos e princípios que nortearam os pensadores e democratas em tais circunstâncias.

Para tal, o trabalho abordará alguns elementos da democracia da antiguidade grega, da modernidade, das concepções de Schumpeter e que servem de base para compreensões neoliberais contemporâneas, para então desembocar na teoria de Amartya Sen que discorre sobre o assunto. Seguindo o método dedutivo, busca-se uma análise bibliográfica sobre as temáticas em questão.

Primeiramente serão abordados alguns aspectos da origem da democracia na Grécia, destacando elementos que frequentemente são pouco abordados, contudo centrais e transversais ao longo da história. Em seguida, a necessária dedicação à visão moderna de democracia, da qual a contemporaneidade é herdeira, passando por uma análise crítica da visão schumpeteriana e neoliberal dos processos democráticos. E por fim, o estudo de diversos elementos presentes das ideias de Sen ao longo de seus estudos e relações de ideias

com a democracia. Desta forma, conclui-se pela relevância da democracia tanto para as sociedades, como para os sujeitos.

A concepção antiga

Se por um lado há que se ter presente o que afirma Amartya Sen (2004), de que o século XX foi o século da democracia, não é possível olvidar o que escreve Tzvetan Todorov (2012): ‘a democracia convive e tem de lidar permanentemente com inimigos, sejam eles internos ou externos’. O século XX ficará marcado como aquele que mais fortemente presenciou o choque entre o ‘espírito democrático e o espírito totalitário’. Com o fim de regimes que deixaram transparecer e mostraram à multidão o que há de mais tenebroso e horrendo na humanidade, a democracia venceu o sofrimento e a crueldade. E este é um dos legados centrais da democracia, seja no século passado, bem como ao longo de toda a história: a luta da civilização contra a barbárie.

Os inimigos da democracia em tempos contemporâneos não podem mais ser caricaturados como bárbaros ou estrangeiros, que desde uma exterioridade ameaçam sistemas políticos pacíficos e democráticos. A nossa época demonstra que os inimigos foram gestados e engendrados desde as entranhas do sistema, fazendo rebrotar o fascínio do exercício do poder pela violência, do elogio à tortura e à morte, da naturalização do arbítrio, do desmando e desmantelamento das estruturas e da racionalidade que dava sustentação mínima a um regime que busca a igualdade e a dignidade .

Comumente se remete a origem do termo e das práticas democráticas ao mundo antigo, do século V a. C, em Atenas na Grécia. Falar em democracia, desde sempre, é questionar sobre o poder: afinal, qual o centro ou a origem da decisão e do poder sobre as pessoas? A democracia grega expressa o sentido de que o poder não mais pertence a um pretense eleito por deuses ou entes metafísicos, ou a classes dominantes que foram proclamadas como superiores ou mais inteligentes e preparadas que a plebe. Se há um elemento que sempre esteve inerente à democracia é o sentido de que em tal regime e propósito o poder pertence e é exercido pelo e para o povo; já não são mais desígnios divinos ou condições de privilégios de sangue ou classe social que determinam o exercício do poder ou de governo, mas dos cidadãos que ocupavam a ágora e a partir do espaço público deliberavam sobre a organização da sociedade.

Ínsito está que o exercício do poder e governo em tais condições e circunstâncias requer aos sujeitos e população um elemento fundamental: liberdade. À condição de discutir

de forma isonômica em praça pública subjaz a necessidade da condição de sujeitos livres. Liberdade sempre foi uma categoria política que esteve presente e caracteriza as formas de relações entre os sujeitos e grupos. A liberdade na concepção grega antiga representa a liberdade da coletividade para o exercício e a prática do discurso público e o respeito à voz e a condição de multiplicidade de ideias. Tal é o que expressa também Aristóteles:

El fundamento del régimen democrático es la libertad (en efecto, suele decirse que sólo en este régimen se participa de la libertad, pues éste es, según afirman, el fin a que tiende toda democracia). Una característica de la libertad es el ser gobernado y gobernar por turno y, en efecto, ja justicia democrática consiste en tener todos lo mismo numéricamente y no según los merecimientos, y siendo esto lo justo, forzosamente tiene que ser soberana la muchedumbre, y lo que apruebe la mayoría, eso tiene que ser el fin y lo justo (ARISTÓTELES, apud, HELD, 2007, p. 37).

Se a democracia é o exercício do poder pelo povo, quem é o povo? Eis um elemento central e que muitas vezes não é tratado quando da discussão da democracia desde a cuna grega. Povo não representa uma categoria abstrata ou que se refere aos escolhidos ou classes privilegiadas. É uma das primeiras vezes que os despossuídos de bens econômicos e classes menos abastadas alcançam a devida condição de participar da criação de uma vida comum. A democracia não faz distinção entre categorias políticas e sociais, por isso que ‘a democracia grega não se refere ao povo meramente como uma entidade jurídica – ou abstrata -, mas como o grupo dos pobres’ (RIBEIRO, 2001, p. 41) .

As circunstâncias históricas, econômicas e geográficas daquele tempo possibilitaram que a partir de pequenas comunidades fosse organizado uma cidadania que não mais dividia os sujeitos em classes e categorias. O exercício da democracia transforma os sujeitos em detentores de direitos políticos e sociais. A democracia grega se caracteriza, portanto, por permitir que os clamores populares por melhores condições de vida, que os anseios e desejos por igualdade e justiça fossem manifestados em praça pública, espaço onde a voz de cada um tinha peso equivalente. É com a democracia, como prática e valor, que sujeitos excluídos puderam se inserir na vida política da cidade, locus de realização da sua condição de pessoa.

Embora notória a contribuição da Grécia antiga para a democracia, é preciso ter presente o que afirma Sen sobre a origem da democracia: não é mais possível compreender a democracia (como discussão pública) apenas como um modelo ‘europeu’ ou ‘ocidental’ (SEN, 2011, p. 363 e ss.). Ao se analisar a história, é possível perceber que há modelos de democracia que foram adotados na antiga Índia, principalmente aos modos de organização

local e ao estilo de ‘conselhos’. Ressalta ainda que é necessário contemplar outras referências significativas de implementação de modelos democráticos, seja na sua forma ou em seus conteúdos, tanto na Ásia, Oriente Médio e África e que, muitas vezes, não são considerados pelos estudiosos e pelas referências históricas ou teóricas.

Assim como é de grande valia analisar outras referências no que tange à origem e modelos democráticos ao longo da história, é inegável também que a democracia atravessou um ‘hiato’ significativo em sua história. Ou seja, por longos anos, os conteúdos e formas democráticas não se destacaram nos modos de organização política e social, vindo a ressurgir na modernidade.

A democracia moderna

Assim como é necessário compreender a democracia ateniense dentro da sua conjuntura própria, mister se faz aprender sobre a democracia moderna a partir de seu contexto histórico e tudo mais que isso implica. Não se entende como possível meramente querer compreender o desenvolvimento da democracia como um itinerário único, como uma sequência lógica desde os seus primórdios; mais inteligente é ler tal ‘sequencia’ como ‘democracias’ e não como ‘democracia’, como formas múltiplas de organização, com as peculiaridades de seus tempos e espaços.

Desta forma, para interpretar melhor o significado ou representação da democracia a partir da modernidade, é mister que se vincule com outras categorias centrais, como: direitos humanos, República, Estados nacionais, modelo de produção predominantemente capitalista, etc. À medida que a sociedade se torna mais complexa, mais elementos acabam influenciando e devem ser tomados em consideração no tecer das relações humanas e sociais.

Praticamente dois mil anos se passaram entre a democracia grega e a moderna – da qual somos herdeiros diretos. Muitas coisas aconteceram e se alteraram nesse interregno. Possivelmente uma das mudanças mais marcantes é a visão de pessoa e de sua realização como membro da comunidade humana. Importante recordar que para o modelo antigo, a pessoa se realizava enquanto tal como membro, através da ação pública e efetiva na sua comunidade política. O elemento humano primordial a ser desenvolvido e reconhecido é a sua ação pública, como exercício de cidadania na polis em busca do bem comum. Por isso, fácil depreender que a democracia grega é exercida de forma direta, com a participação efetiva de todos os que são aptos para tal.

A liberdade continua sendo uma categoria central. Contudo, necessário recordar que a compreensão do sentido da mesma é profundamente distinta nos dois períodos históricos. Enquanto para os antigos a liberdade é tomada como uma possibilidade para atuação nos espaços públicos e realização de sua condição cidadã, a liberdade moderna é interpretada como um aspecto subjetivo. Ou seja, como ausência de ‘intromissão’ na esfera privada; o ideal de realização humana é a do indivíduo nos seus aspectos íntimos e particulares. Tal perspectiva antropológica e social vai implicar num modelo democrático representativo; de eleição de sujeitos que representarão a seus semelhantes nos espaços de deliberação. Ilustrativas são as afirmações de Benjamin Constant (2015) sobre a distinção das duas interpretações de liberdade:

[...] não podemos mais gozar da liberdade dos antigos, que se compunha da participação ativa e constante no poder coletivo. Nossa liberdade deve compor-se do gozo pacífico da independência privada [...] O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles chamavam de liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança nos prazeres privados; e eles chamam de liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses prazeres.

Assim, a liberdade a partir da modernidade representa o ‘estar livre de’ ter que se envolver nas questões públicas, políticas e sociais e poder dedicar-se às questões privadas e aos negócios. A cidadania funciona mais como um exercício de eleições – dentro das regras do jogo democrático e político previamente estabelecido - de sujeitos que funcionarão como ‘porta-vozes’ dos anseios, propósitos e interesses daqueles que não querem se envolver com as questões públicas. Se para os gregos a dignidade humana estava diretamente envolvida com a vida da ação no espaço público, a modernidade desloca a dignidade e liberdade para o âmbito da vida privada e a não necessidade de uma vida pública para a realização como sujeito.

A mudança é perceptível de forma mais clara a partir da análise de Arendt (2000), que mostra que a partir da modernidade o valor centra-se sobre a produção e o consumo como ideais. Não é mais a condição política, mas a condição do trabalho que acaba por condicionar e reger a lógica da sociedade, buscando satisfazer os princípios da necessidade, compreendendo a liberdade como uma questão mais intimista e não como uma condição de exercício de igualdade na esfera pública. A atenção centra-se sobre o econômico e o social, como administração da vida e a satisfação das necessidades e dos prazeres. A vida como política e o modelo democrático de atenção à vida da polis cede espaço para o espaço privado

e a primordialidade da propriedade privada, para o acúmulo de bens e riquezas, para a capacidade de produção e consumo; características estas que também hodiernamente acabam por condicionar a visão de humanidade ou ideal humano em detrimento de sua condição política, de liberdade e igualdade enquanto humanos.

A partir da modernidade os conceitos de democracia e direitos humanos andam em paralelo – e por isso, hodiernamente, se insiste na ideia de um direito humano – ou fundamental – à democracia. A história da política e também da democracia e dos direitos humanos gira em torno do poder, mais especificamente do exercício do poder: quem tem o direito legítimo de decidir e aplicar as decisões, executando políticas públicas para a população? Onde se concentra o vértice de decisão e deliberação sobre as coisas que implicam e impactam na vida da sociedade? O poder de mando está nas mãos da realeza, do clero ou deveria estar nas mãos do povo? Qual a relação das Declarações de Direitos do século XVIII com essas questões?

Notório que as Declarações de Direitos de 1776 e 1789, ou a primeira dimensão de direitos humanos são denominadas de direitos burgueses. Assim, a luta principal dos revolucionários e idealizadores das Repúblicas e Independência é a liberdade como ausência de interferência do poder do Estado, como limitação do poder da realeza e do status quo do que hoje é chamado do Ancien Régime (antigo regime, calcado sobre um modelo aristocrático, absolutista e de decisões centralizadas). Ou seja, trata-se de uma dimensão de direitos civis e políticos – deveras importantes – que dizem respeito à liberdade individual (direito de ir e vir, liberdade de expressão, de imprensa, de crença, etc.).

Principalmente, refere-se ao direito à propriedade: é o direito da classe burguesa, proprietária de terras e meios de produção, que não suportam a interferência do poder e querem se imiscuir da mesma. São lutas – necessárias – que privilegiam direitos a determinadas camadas sociais e políticas, mas que não alcançam as populações não abastadas ou classes operárias e não participantes do círculo econômico e do poder decisório. Numa analogia com a democracia grega, não é exagero afirmar que a democracia moderna não é uma luta do povo, da plebe ou da massa, mas de uma classe que ocupa um estrato de poder e determinados privilégios.

A partir da modernidade não é mais possível pensar a política e a vida das pessoas sem a interferência ou predominância da economia. Se tais aspectos caminhavam em união na Grécia antiga, a modernidade os fez andar de modo separado. A democracia moderna representou muito mais uma luta política que um embate também social – que viria muito

mais tarde na história. Ou seja, não envolveu a luta por direitos e melhores condições para o proletariado, para as camadas pobres que padecem e que carecem de melhores condições para alcançar uma vida digna. A luta por moradia, condições salubres e dignas de trabalho, o direito à saúde foram lutas tardias na política moderna e não eram bandeiras centrais no nascedouro da democracia da era moderna.

Schumpeter e a democracia neoliberal

Diante de concepções tradicionais ou clássicas de democracia, outras perspectivas se apresentam ou se opõem. Entre as correntes distintas de pensamento, ganha relevo o que se convencionou denominar como ‘teoria econômica da democracia’. Um dos expoentes ou representantes de tal leitura, é Joseph Schumpeter (1961), economista e cientista político austríaco que se notabilizou como referência na primeira metade do século XX.

Se por um lado o denominado autor apresenta algumas leituras bastante realistas, as mesmas também podem ser interpretadas como reducionistas. Interpretações precipitadas ou não completas de sentidos da complexidade dos fenômenos correm o risco de naturalizar alguns elementos ou processos e, talvez, a leitura schumpeteriana possa ser acusada de apresentar ou destacar apenas alguns aspectos da democracia, em detrimento de tantos outros sentidos que também podem constituir tal conceito e prática.

Ao grande ideal da democracia como de um ‘governo do povo, para e pelo povo’, em busca de um bem comum, o autor se contrapõe argumentando que é praticamente impossível compreender e organizar ‘o povo’ como uma unidade e, ao mesmo tempo definir o que seria o bem comum para a diversidade dos sujeitos que compõem as sociedades e grupos humanos. A realidade das relações mostra que os sujeitos e grupos que se formam nas comunidades buscam a proteção e alcance máximo de seus próprios interesses. Não há um bem comum a ser alcançado como uma entidade metafísica, mas sim interesses difusos e confrontantes que opõem sujeitos e grupos que lutam para efetivar e alcançar sucesso na defesa de sua posição e compreensão.

Os partidos políticos figuram como organizadores ou representantes de tais interesses. Funcionam como um ente aglutinador de interesses dos sujeitos, capacitando e auxiliando estruturalmente na competição pelo poder político. Tal como empresas privadas que ‘digladiam’ com seus concorrentes por maiores fatias de mercado, por mais clientes e lucros mais expressivos, os sujeitos se reúnem em partidos para formar unidade e ter melhores condições de competição com aqueles que se apresentam como adversários ou concorrentes

de eleitores e ideais políticos. Assim se organizam para que, com suas práticas e discursos, possam alcançar simpatia e aderência junto ao público – consumidor – de eleitores para que na ‘festa da democracia’ que é o momento do voto, seus candidatos e propostas possam sair vitoriosas.

Diferente de concepções clássicas, Schumpeter entende a democracia como um método, abstraído de sentidos outros. Representa um modo de organização da população e estabelece as regras mínimas, para que os indivíduos possam votar ou eleger aqueles que melhor compreendem e representam seus interesses pessoais ou de seus grupos. A democracia figura apenas como um meio para alcançar um fim: eleição de propostas e representantes políticos que se candidataram previamente para lutar pelo poder. Ou ainda, um modo de organização institucional para facilitar o seguimento das regras de jogo democrático. Representaria um acordo prévio para organizar os embates eleitorais e que os que saiam derrotados, sigam respeitando as regras, e prevendo mecanismos para que periodicamente o jogo volte a se realizar, possibilitando aos eleitores a renovação dos representantes ou a confirmação dos governantes.

Assim como em qualquer jogo ou competição devem existir as regras e os jogadores devem se comprometer a segui-las, tal aconteceria com a democracia na arena política. Ao modo como empresas ou empresários se empenham para ter o produto que melhor satisfaça o desejo da maior parcela da população, os candidatos se apresentam para disputar e alcançar a preferência do eleitorado, apresentando-se como os mais interessados e preparados para a defesa dos interesses daqueles que os elegerem. A democracia é uma ferramenta de organização racional e institucional para que determinados sujeitos possam melhor acessar e prometer satisfazer os desejos dos eleitores – consumidores. Portanto, os partidos ou os políticos – profissionais – agem de modo planejado e estratégico para alcançar maior ‘fatia de mercado’ dos votos dos eleitores.

Por isso não se entender a democracia como um regime de governo do povo e pelo povo, mas como um processo de eleição dos representantes que figuram como políticos profissionais. Os detentores do poder figuram como empresários-políticos que lidam com os desejos e interesses de determinadas parcelas da população. Por isso que os políticos são profissionais da política, capacitando-se para atuar na máquina pública, sabendo se movimentar e compreendendo o funcionamento da burocracia governamental. Não são exatamente membros do povo, mas de castas ou grupos sociais que historicamente se revezam na luta pelo poder e dominam o know how do funcionamento estatal. Muitas vezes são

membros da elite social, política e até econômica que lutam pelo voto do ‘populacho’ para se manter no poder e decidir o funcionamento governamental, satisfazendo alguns interesses da base social da pirâmide para não gerar atritos e descontentamentos das mesmas; mas, acima de tudo, buscando satisfazer os interesses e manter os privilégios daqueles que realmente sabem jogar e controlam as forças do jogo político: as elites econômicas, sociais e políticas.

O povo, que na sua grande maioria é desinteressado e não possui tempo para se envolver em questões políticas ou que envolvam aspectos públicos, não exerce poder. A ele resta aprovar ou desaprovar aqueles que foram eleitos. Se aprova, os reelege; se desaprova, novas figuras acabam por alcançar o direito de gerir os interesses da maioria. Como cabe ao povo aprovar ou desaprovar os governantes, estes buscam estar atentos e atender aos desejos ou algumas necessidades para que possam se manter com estima e ser reconduzidos ou mantidos nos cargos por mais tempo possível. Essa é a visão da política e da democracia, como uma forma pacífica de organizar os interesses de maiorias, mantendo-os minimamente satisfeitos – evitando qualquer revolta ou descontentamento; contentando e fazendo os jogos dos interesses econômicos e produtivos, que acabam por reger a vida da sociedade.

O modelo econômico de democracia expresso pelas ideias de Schumpeter se mostra muito presente, vigorante e fortalecido com a ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1970-1980 do século XX. Como é de amplo conhecimento a partir de tal período deu-se uma verdadeira alteração nos modos de gerir os governos e houve uma considerável alteração no modelo de mercado igualmente. De um modelo de Estado de Bem-estar social foram se fortalecendo modelos de Estado mínimo que transferem cada vez mais para a iniciativa privada os meios de produção, mas igualmente os meios de decisão e orientação de políticas.

O cenário social e político deixa transparecer que se vive um período no qual o modelo econômico dita as regras para os sujeitos e para as sociedades. A vida humana gira em torno do modelo neoliberal de produção e de consideração dos sujeitos: sujeitos esses que são vistos como capital humano para alcançar maior capacidade de produção, geração de maiores taxas de lucro e valorizados por sua condição de consumo (seja consumo de produtos, tecnologia, cultura, propaganda, etc.). Num modelo de crise permanente, os sujeitos são cada vez mais isolados e atomizados, bem como incentivados a competir com os demais que podem ser sempre encarados como adversários na luta incessante por sucesso e prosperidade econômica. Os sujeitos são cada vez mais convencidos a se considerarem e se assumirem como ‘empresários de si mesmos’, lutando permanentemente contra o medo do fracasso, medo do outro, da violência, temor da queda do poder de consumo e ostentação, etc.

Vive-se num modelo de democracia de consumo, de espectadores ou do espetáculo. O voto – periódico – é chamado como a ‘festa da democracia’, para a eleição de representantes que se digladiam para ver como aplicar melhor as políticas de mercado. Os cidadãos, em parcelas consideráveis permanecem apáticos ou assistindo os processos de implantação e reformas políticas, sociais e econômicas; bem ao modelo de quem vai a hipermercado e escolhe nas prateleiras ou gôndolas o seu produto, também assim se vislumbra o processo político ou democrático de gestão das coisas públicas em tempos de neoliberalismo.

Governos, parlamentos e instituições governamentais estão cada vez mais a serviço do mercado – que acaba assumindo uma figura mística ou mítica de divindade, que está presente em todos os lugares e tempos. A agenda de Estado passa a ser a agenda dos interesses econômicos, aí a compreensão - sem grande esforço - de discursos de cortes nos gastos sociais e investimentos na área de saúde, educação e cultura, e seu direcionamento para financiamento do consumo e da produção – principalmente para grandes corporações. Igualmente compreensível a política de reformas estruturais que afetam diretamente a condição dos trabalhadores e participantes das camadas mais baixas da pirâmide social e econômica, que acabam por carregar as consequências de um modelo que privilegia os detentores do capital financeiro e político.

A democracia torna-se, assim, refém da governamentalidade econômica e financeira da vida e da política. O voto ou eleições periódicas são muitas vezes interpretadas muito mais como um possível atrapalho dos interesses de mercado do que uma efetiva valorização dos sujeitos políticos e de sua participação na vida pública. Os processos políticos são valorizados à medida que se tornam úteis para a implementação de modelos econômicos e aos olhos do mercado e do modelo de financeirização da vida, a democracia é uma ferramenta a mais, que quando não serve aos interesses, pode ser descartada e trocada por modelos autoritários e intransigentes. A democracia assume cada vez mais um papel de formalidade, mas de pouca efetividade e materialidade na vida dos cidadãos, que são considerados mais por seu potencial de consumo que por sua condição política e humana.

A democracia para Amartya Sen

É tendo presente o cenário narrado nos tópicos anteriores que se faz possível uma compreensão mais ampla das ideias de Amartya Sen sobre a democracia. Por não ser um teórico sobre a democracia, mas por abordá-la a partir de outros elementos de sua teoria, é mister ter presente elementos como liberdade, capacitações, etc.

Embora Sen afirme que o ‘século XX será reconhecido como o século da democracia’ e se vislumbrem muitos avanços e conquistas, é preciso reconhecer que a democracia nunca é algo que pode ser dado por alcançado ou conquistado por completo. Vide a situação e os movimentos autoritários que estão ocorrendo nos últimos anos, com acenos claros e explícitos para o autoritarismo e o elogio aberto a torturadores e ditadores sanguinários, é fundamental reconhecer e ter presente que a democracia é sempre algo por conquistar a (re)afirmar. Em relação ao falso dilema que se cria quanto à escolha entre crescimento ou democracia, sabiamente responde Sen que “un país no tiene por qué estar preparado para la democracia, sino más bien estar preparado mediante la democracia” (SEN, 2004). A democracia não é apenas mais um meio disponível para alcançar determinados fins, mas é um modo político de ser e organizar as pessoas que tem fins em si mesmo, além dos maiores benefícios que por meio dela podem ser alcançados.

Embora no citado século tenham se dado passos consideráveis para a consolidação de processos políticos democráticos e diversos marcos na defesa de direitos tenham sido lançados, a história tem mostrado recentemente que ‘a cadela do fascismo está sempre no cio’, ou seja, não se está isento de movimentos rompantes em favor da tirania, da violência, do ódio e da morte. Desta forma, não é possível olvidar que a democracia deve sempre fulgurar como uma bandeira a orientar os sonhos e o horizonte de conquistas e esperança; uma opção e uma luta sempre possível e um caminho sempre a ser ainda trilhado.

Sen filia-se a uma corrente de pensadores que entendem a democracia como um ‘governo por meio do debate’. Na esteira do que afirmam Rawls e Habermas, Sen busca desenvolver sua concepção democrática como o ‘exercício público da razão’. Embora possa parecer uma concepção simplória, a mesma é carregada de sentido, pois tem o intuito de ampliar a concepção ‘econômica’ de democracia que a concebe como o direito ao voto e escolha regular de seus representantes e interesses. A ideia de um processo por meio de debates e diálogos, com o exercício público da razão ou racionalidade, é também uma forma de valorização dos aspectos da democracia grega, onde a praça pública era o espaço mor de conversação em torno da vida e das coisas referentes à polis. E mais, tal exercício era a garantia da liberdade e da isonomia: a democracia, para além de ser um processo de escolha de representação, é um momento de prática do direito de voz e vez, sem distinções ou valorações, uma vez que o espaço público é livre e igual.

Se por um lado a democracia carrega o sentido de liberdade e igualdade, para o pensador indiano também se vincula diretamente com a justiça. Mais do que procurar um

modelo ideal de justiça, Sen visa com seus pensamentos fazer com que a justiça seja capaz de se instaurar paulatinamente, ou seja, que as injustiças possam ser eliminadas onde for possível. Assim, também não seria o caso de conceber um propósito idealístico de democracia, uma vez que a mesma precisa ser praticada e dialogada – como práxis – nos espaços mais remotos ou onde mais seja necessário.

Tal é a vinculação da democracia com justiça, seja nos espaços micro ou macro, que nunca é exagero ressaltar o que afirma Sen, que ao abordar a fome no mundo, constata que jamais tenha ocorrido uma epidemia de fome ou desnutrição em países democráticos, ou ainda “não surpreende que nenhuma fome coletiva jamais tenha ocorrido, em toda a história do mundo, em uma democracia efetiva” (SEN, 2010, p. 30-31). E complementa ainda o autor que “se as exigências da justiça só podem ser avaliadas com a ajuda da argumentação pública, e se essa argumentação está constitutivamente relacionada com a ideia de democracia, então existe uma íntima conexão entre a justiça e a democracia, que partilham características discursivas” (SEN, 2011, p. 260).

Tal aspecto vem coadunar com a ideia de democracia como debate e exercício público da razão, pois permite que as pessoas tenham voz e tenham também acesso às informações. O exercício público da fala traz no bojo dois elementos centrais da democracia: a transparência e o que se denomina como accountability. A liberdade e a transparência favorecem, por exemplo, o exercício livre da imprensa e do acesso à verdade e informações, sejam elas governamentais, bem como dos demais entes sociais. Com governos democráticos – e, portanto, transparentes – a imprensa pode investigar e ter contato com o que se decide - e suas fundamentações -, o que leva a que também a população tenha acesso às informações. Isso é uma forma de dar autonomia e proporcionar o exercício do conhecimento e fala em relação a res publica. Modelo esse que favorece o que se convencionou denominar como accountability, como um processo permanente de prestação de contas – políticas, econômicas, etc. – em relação às práticas governamentais. Por isso, a importância da democracia na concepção seniana, pois não figura apenas como um processo formal, mais um verdadeiro meio de capacitação e liberdade para os sujeitos e povos. Como um meio de proporcionar e efetivar a condição de agentes e não meros espectadores, como participantes ativos na decisão das coisas que interferem na vida dos membros da polis.

Por isso que a ‘festa da democracia’ deve representar mais do que o momento do voto, uma vez que o exercício e a ‘qualidade’ do mesmo dependem e são acompanhadas de todo processo prévio de acesso às informações, liberdade de expressão, de formação de opiniões e

também de discordância. Tal liberdade democrática é fundamental para que se possam formar opiniões públicas, e não apenas ocorra a divulgação de ou publicização de opiniões previamente concebidas e ‘inculcadas’ na mentalidade e voz da multidão, com utilização de artifícios ou múltiplos subterfúgios. Assim, a democracia como capacidade de exercício do direito de uso da razão, é uma concretização de direitos da chamada primeira dimensão: direitos civis e políticos.

A centralidade da democracia como exercício público da razão e a liberdade que isso acarreta ou pressupõe, se dá porque o ser humano se constitui enquanto linguagem, como alguém que se forma na e em comunicação com os demais. A liberdade de expressão, como espaço para ter voz e vez é elemento fundamental para a idoneidade de processos políticos democráticos, bem como um elemento constitutivo da condição humana. Desta forma, se compreender a democracia como forma de exercer a condição humana de fala, de comunicação, de vivência e da sua compreensão enquanto tal, na medida que se relaciona, comunica e interpreta a vida partilhada com os demais em liberdade e sem cerceamento ou censura. A democracia como liberdade de falar e se comunicar é forma de exercer a agência humana e, sua limitação é também uma forma de diminuir a sua condição existencial ou suprimir capacidades ou capacitações humanas. Suprimir a democracia é calar a voz e a condição de ação per quam nos tornamos humanos.

A democracia, portanto, não é apenas um mero processo decisório, mas tem um valor intrínseco como expressão e realização de elementos e da condição humana. É uma forma de ampliar a luta e a busca por melhores condições e de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, como forma de argumentação pública, entende-se que o critério para escolha e decisão não mais se centra no poder aristocrático ou no poder da autoridade. O critério, quando do exercício público da racionalidade, é o poder do argumento; não mais o argumento da autoridade, mas a autoridade do argumento. Eis um meio de garantir o espaço às classes e categorias que historicamente foram relegadas à exclusão. A democracia como ideal de argumentação e fala é uma forma de exposição e demonstração da realidade, principalmente de possibilidade de dar visibilidade às categorias sociais menos abastadas. É uma possibilidade de alçar ao púlpito aqueles que pouco são considerados ou ouvidos; que se façam ouvir os desejos e interesses não apenas dos detentores históricos do poder político e econômico, mas também das massas, das minorias, dos vulneráveis, etc. Visualiza-se assim, lucidamente, uma contraposição à concepção econômica da democracia.

Compreender hoje a importância dos direitos humanos e o papel da democracia a partir de Sen, é considerar em grande valia a ideia de tolerância e as opções e existências de minorias. Tolerância não com os que são intolerantes, mas como as ideias que possam vir a divergir com as majorias que venceram no voto. Sem a consideração dos direitos e valores de minorias não é possível compreender a humanidade que nos une e a solidariedade que permitiu que a humanidade chegasse ao estágio atual. Como afirma Sen (2011, p. 371), “se uma maioria está disposta a apoiar os direitos das minorias, e até mesmo de indivíduos dissidentes ou discordantes, então a liberdade pode ser garantida sem ter de restringir a regra da maioria”. A assimetria e a divergência de concepções aumenta a responsabilidade daqueles que estão momentaneamente no exercício do poder, e não lhes dá o direito de grosseira e desumanamente afirmar que ‘ou as minorias se curvem à maioria, ou que se extingam ou migrem’.

Assim como Sen defende a ampliação da base informacional para a possibilidade de melhores tomadas de decisões no que concerne ao campo econômico, a analogia também se enquadra quanto à democracia. O pensador considera fundamental ampliar o horizonte humano, não mais centrando a consideração ou valorização da qualidade de vida sobre os índices do PIB, mas a partir das liberdades e capacitações que os meios podem efetivamente gerar para as pessoas. Assim também entende que a discussão pública que a democracia requer, através da tomada de decisões por deliberações públicas auxilia na ampliação de informações, concepções, conhecimento da realidade e possíveis tomadas de decisão.

Nesse sentido a democracia funciona e figura também como uma forma de aprendizagem, pois na interação e efetivo debate público, alcança-se o conhecimento. A participação e uso público da razão oportuniza aos sujeitos “la oportunidad de aprender unos de otros y ayuda a la sociedad a formar sus valores y prioridades” (SEN, 2004). Ou ainda, com os debates públicos “até mesmo a identificação de necessidades é inescapavelmente influenciada pela natureza da participação e do diálogo públicos. Não só a força da discussão pública é um dos correlatos da democracia [...], como também seu cultivo pode fazer com que a própria democracia funcione melhor” (SEN, 2010, p. 208).

Quanto mais as pessoas podem e efetivamente participam da vida pública, mais conhecem, e aumentam também as condições de bases epistemológicas para fundamento de suas decisões. Essa é uma ideia diretamente oposta ao modelo econômico e neoliberal de decisão que entende que a capacidade de escolha e implementação de políticas deve ser a partir da exclusiva visão de técnicos e burocratas. A partir da visão de Sen, democracia não

representa a decisão a partir das concepções de ‘déspotas esclarecidos’, mas quando se decide sobre a vida do povo, é o povo que também deve decidir.

A proposta de democracia como debate público e uso público da razão traz outra característica importante que é a possibilidade de inclusão de categorias que historicamente foram relegadas. Abrir espaços de participação, de fala e de igualdade entre os sujeitos plurais, favorece que as pessoas possam mostrar a sua realidade, trazendo para o debate populações, minorias ou grupos vulneráveis que carregam um histórico de exclusão. Ou seja, no cenário atual, é o incentivo para que mulheres, populações indígenas, negros e outros que carregam uma chaga de exclusão possam manifestar sua condição, suas situações de vida, trabalho, renda, etc. Democracia, portanto, representa trazer à luz, realidade históricas e sociais que muitas vezes ficam na penumbra ou nas sombras da história.

Ainda nesse diapasão, a democracia como debate público permite e fomenta um verdadeiro olhar ao outro. A interação nos espaços públicos desafia para que as pessoas possam ver para além dos horizontes de sua classe social, de sua condição de renda, de seus interesses particulares e entrar em contato com a situação real de outros sujeitos, o contato com o diferente. A democracia funciona como uma espécie de antídoto contra a atomização dos sujeitos, do ‘enclausuramento’ sobre si mesmos e incentiva a uma abertura ao outro e ao diferente. Dessa forma, a democracia como debate é um enorme desafio aos inícios do século XXI, pois vive-se um período de grande estímulo à individualização, à concentração – não apenas de renda, mas também de relações e concepções e visões de mundo, etc.

E mais do que nunca, a democracia não é apenas um modo de organização política ou modelo de decisão que deve vigorar em períodos de paz e estabilidade. É justamente nos períodos conturbados e de crise que a democracia deve estar lançada como um verdadeiro baluarte. Tal lição vem a calhar com a análise conjuntural do neoliberalismo que auxilia na instauração de sentimentos e condições de crise permanente, pois eis um modelo que se aproveita das condições de instabilidade econômica e social para implantar seus ideias e mecanismos de precarização das leis e do Estado, de relativização dos serviços sociais, etc. É nos momentos de turbulência social e política que mais se requer a democracia, a participação e o debate públicos, para justamente evitar cair em armadilhas autoritárias ou naturalizar falsos dilemas.

Considerações finais

Uma das lições centrais a partir das concepções de Sen sobre a democracia – em vinculação com seu ideário mais amplo – é que a mesma não figura apenas como um processo eleitoral. Além de ser um meio de organização e decisão política, possui também fins em si mesma como modo de manifestação e disposição das pessoas diante dos outros e do mundo. Mais do que uma forma de governo, possui conteúdo intrínseco de valorização dos sujeitos, buscando conceder a todos a liberdade de voz e o direito a ter vez.

Se na concepção teórica seniana a liberdade ocupa um locus fundamental como condição para escolher os intitamentos e os modos de ser e viver que tem razões para escolher, a democracia se enquadra como o processo que melhor capacita ou possibilita tal condição. Com a liberdade, também a condição de agente é central na concepção de Sen, e um processo democrático favorece em grande medida a possibilidade de os sujeitos assumirem tal condição. A garantia de acesso às informações, a liberdade de manifestação e publicização de dados e conhecimentos, a interação pacífica entre os sujeitos funcionam como elementos centrais para a consolidação democrática e espaço de atuação como agente e ator de sua vida e história.

Ao apontar em suas ideias que o objetivo do desenvolvimento é a liberdade para os sujeitos e povos, Sen também aborda a questão democrática. Quando da discussão sobre o papel do crescimento econômico e a adoção de regimes democráticos, sua postura é clara que a democracia não deve ser vislumbrada como um empecilho ao desenvolvimento. O autor não entende que um país deveria antes alcançar níveis de crescimento e apenas posteriormente assumir a democracia como valor, mas que o desenvolvimento e a liberdade fossem construídos através da democracia. Ou seja, a democracia pode ou deve ser um vetor de impulsionamento do desenvolvimento.

Nesse sentido deve vigorar um forte questionamento em relação ao modelo contemporâneo do neoliberalismo e seu – limitante – ponto de vista da democracia. A questão que se impõe é a razão de ser do crescimento econômico e do funcionamento do mercado, ou seja, o desenvolvimento tem uma razão de ser em si mesma ou em função de criar melhores condições de vida e liberdade para as pessoas? A visão do dinheiro e do mercado econômico como uma espécie divina pode nublar a visão da sociedade e permitir o esquecimento do sentido instrumental da economia e do desenvolvimento. A assunção da democracia como um valor para consideração do ser humano em sua dignidade fomenta a não considerar a

democracia como um empecilho, mas um meio de organização e através do qual se busca melhores condições.

Por fim, a democracia como um elemento social – desde a concepção grega – também é resgatada e está presente no ideário de Sen. Não apenas como um direito político, mas também como uma forma da população menos abastada ter espaços de busca por melhores condições. A democracia como um efetivo ‘regime do povo’, entendendo-se também a categoria de ‘povo’ como os que historicamente estiveram afastados do poder e praticamente não possuíam representatividade política e econômica. A democracia, assim, é um meio eficaz de combate à pobreza que foi uma das principais bandeiras de Sen, desafio que resta ainda a realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRECHT, Bertolt. *A cadela do fascismo está sempre no cio*. In: PENSADOR. São Paulo, 2000-2019. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MTkwNDM3MQ/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

CONSTANT, Benjamin. *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. São Paulo: Atlas, 2015. v. 3. 1 Recurso online.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HELD, David. *Modelos de democracia*. 3 ed. Madrid: Alianza, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SANTO AGOSTINHO, *Confissões, Livro XI*, 14 (17). Tradução de J. O. Santos e A. A. Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo

SEN, Amartya. “*Democracia como valor universal*”. Letras Libres, Madrid, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/revista/convivio/el-valor-universal-de-la-democracia-0>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.